



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

|   |  |
|---|--|
| Processo: 201940600917                  | Distribuição: 07/06/2019                             |
| Número Único: 0030102-68.2019.8.25.0001 | Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito |
| Classe: Procedimento Comum              | Fase: POSTULACAO                                     |
| Situação: Andamento                     | Processo Principal: *****                            |
| Processo Origem: *****                  |  |

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

**Dados das Partes**

Requerente: LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA  
Endereço: RUA MARIA APARECIDA GOES  
Complemento:  
Bairro: BUGIO  
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49090000  
Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: RUA SENADOR DANTAS  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

07/06/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940600917, referente ao protocolo nº 20190607191304888, do dia 07/06/2019, às 19h13min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA  
VARA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO E DELITOS DE ARACAJU/SE.**

**LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, vigilante, sem endereço eletrônico, portador do RG: 899.727 SSP/SE, CPF: 479.101.435-91, residente e domiciliado na Rua Aparecida Goes, nº 42, Bairro Bugio, CEP: 49.090-160, Aracaju/SE, vem através de seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Rua Urquiza Leal, nº 88, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO  
MORAL**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO  
(ARTIGO 319, INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

## I – DOS FATOS

02. O Requerente estava trafegando com a motocicleta modelo Honda CG 125 Fan ES, placa policial NVK 1542, cor preta, pela Av. Padre Nestor Sampaio, quando ao fazer o retorno foi atingido por outra motocicleta e com o impacto caiu na rua, sofrendo fratura em sua perna esquerda, logo depois foi levado pela SAMU para a UPA Dr. Nestor Piva, conforme relato obtido através do B.O em anexo.

03. No Hospital, o Autor foi atendido pela equipe médica, tendo os médicos diagnosticado que o acidente de trânsito provocou fratura na perna esquerda do Requerente, conforme prontuário em anexo.

04. A fim de se recuperar totalmente dos danos sofridos o Requerente passou a fazer tratamento com o doutor Masayuki Ishi – Ortopedista e Traumatologista CRM 1276, que emitiu relatório médico, em anexo, onde, além de descrever o acidente, confirmou que o mesmo provocou no Requerente fratura da extremidade superior da fíbula da perna esquerda, causando hipotrofia dos músculos com **perda funcional do membro inferior esquerdo em 60%.**

05. Apesar de toda a documentação e provas, comprovando o acidente de trânsito e comprovando as sequelas deixadas pelo acidente, a Requerida negou o pagamento da indenização ao Requerente, como vemos no resultado consulta em anexo e em virtude da negativa por parte da Requerida em pagar a indenização, não restou outra alternativa ao Requerente senão valer-se do Judiciário para resguardar os seus direitos.

## II – DO DIREITO

06. O seguro DPVAT - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, para fazer sua solicitação e pleitear o seguro basta apenas, comprovar

o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

*“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

*Grifamos*

07. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada*

*(...)*

*Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”*

*(grifos nosso)*

08. Como podemos vê, o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso o Autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, porém, a Requerida negou o seu pedido de pagamento da indenização.

09. Em virtude de negativa ao seu pedido de pagamento do seguro pela Requerida através da esfera administrativa, vem o Requerente perante Vossa Excelência, requerer a condenação da mesma no pagamento de indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, **no valor de R\$5.670,00 (cinco mil seiscientos e setenta reais), referente a perda funcional do membro inferior esquerdo em 60%**, seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009 que estabelece valores para cada membro lesionado. Vejamos abaixo a tabela:

ANEXO  
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).  
(Produção de efeitos).  
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

| Danos Corporais Totais<br>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico   | Percentual<br>da Perda    |
|---|---------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores  | 100                       |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés   |                           |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior   |                           |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral  |                           |
| Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental   |                           |
| alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre  |                           |
| deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)   |                           |
| comprometimento de função vital ou autonômica   |                           |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |                           |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores   | Percentuais<br>das Perdas |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos   | 70                        |
| <b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</b>   |                           |

|  |                        |
|--|------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés  | 50                     |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar                       | 25                     |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo  |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão                   | 10                     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé                                 |                        |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais         | Percentuais das Perdas |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50                     |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral                        | 25                     |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  | 10                     |

10. Porém, na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Requerente não é aquela apontada no relatório médico aqui colacionado, deve a Requerida ser condenada a pagar a indenização no percentual e valor correspondentes à inabilitação de seu membro lesionado, aferido por qualquer meio de prova.

### **III - DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUINDO A RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO CNSP N° 14/95**

11. A resolução CNPS n° 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidade para as segurados que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro.

12. Tal resolução trás a seguinte redação em seu artigo 10, II:

*Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei n° 6.194, de 19.12.74, e Lei n° 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:*  
(...)



II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

*Grifamos*

13. Como vemos a resolução previu o pagamento de multa quando a seguradora não fizer o pagamento da indenização em 15 dias após a apresentação da documentação legal, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, más, não perdeu seu caráter de urgência.

14. O Requerente, quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, no entanto teve o seu pedido negado.

15. Como vemos nos documentos juntados aos autos, estes eram suficientes para comprovar o acidente de transito sofrido e as sequelas deixadas por ele, e ainda assim, a Requerida negou o pedido de indenização formulado pela Requerente, ressalta que basta comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

*“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

*Grifamos*

#### IV O DANO MORAL

16. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, teve negado o seu pedido de indenização, em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e o Requerente tenha preenchido os requisitos para ter acesso a indenização, a Requerida negou o seu pedido de pagamento.

17. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o novo Código Civil nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

*“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

*Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.*

(...)

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”*

18. O Requerente, em virtude da negativa de seu pedido ficou muito frustrado, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as seqüelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, ainda assim, teve negado seu direito, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provi-

mento, essa negativa deixou o Requerente abalado, com a sensação que as leis no país não são cumpridas e se sentiu abandonado, sentimento que repercutiu no seu íntimo.

19. Além do que, a indenização daria um fôlego a sua família amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência.

*Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:*

*(...)*

*II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.*

Grifamos

20. Vale ressaltar que, ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dela, além de impedir que esta pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, é esse o entendimento mais recente nos nossos tribunais para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

*"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."* ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: *Apelação Cível*. PROCESSO: 201800734169 *Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO.*

*Grifamos*

21. Diante do exposto, em virtude de tudo que foi apresentado, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

22. Frise-se que, valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

## **V - DOS PEDIDOS**

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, **no valor de R\$5.670,00 (cinco mil seiscientos e setenta reais), referente a perda funcional do membro inferior esquerdo em 60%,** respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, na Lei 6.194/74 e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação da requerente não é aquela apontada, que seja a requerida condenada a pagar a Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado em seus membros lesionados aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente de receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II e artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, em virtude da indenização não ter sido paga em 15 ou em 30 dias, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para: condenar a Requerida em danos morais no montante estimado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

**O valor da causa é R\$21.670,00 (vinte e um mil seiscientos e setenta reais)**

**NESTES TERMOS;**

**PEDI DEFERIMENTO**

Aracaju/SE, 07 de junho de 2019.

**ELTON SOARES DIAS**

**OAB/SE nº 10.289**

## PROCURAÇÃO

**Outorgante:** LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA, RG 899.727 SSP/SE, CPF 479.101.435-91, divorciado, vigilante, residente e domiciliado na Rua Aparecida Góes nº 42, Bairro Bugio, Aracaju/SE, CEP:49090-160.

**Outorgado(a):** ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

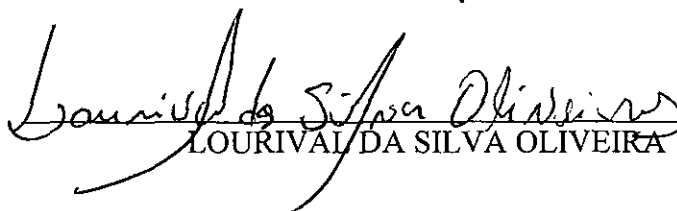
**Poderes:** por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face

Sequedora h'ou,  
podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**Poderes Específicos:** A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 20 / março 20 18

  
LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA



SHISLEY  
CORRETORA

07 MAR. 2018

DPVAT/SE  
CONFERE COM O ORIGINAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORAUF  
899727 SSP SR

CPF  
479.101.435-91

DATA NASCIMENTO  
10/07/1968

FILIAÇÃO  
FRANCINO AFONSO DE  
OLIVEIRA  
VALDELICE ROMANA DA  
SILVA

PERMISSÃO ACC CATHAR  
AD

Nº REGISTRO  
02035479923

VALIDADE  
28/10/2022

HABILITAÇÃO  
26/10/2001

OBSERVAÇÕES  
EAR:

ASSINATURA DO PORTADOR  
LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

LOCAL  
ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO  
23/01/2018

85064684049  
SE020056672

ASSINATURA DO EMISSOR  
Marcos Sampaio Kuhl  
DIRETOR-PRESIDENTE

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1556485078

SERGIPE





**Banese**  
*Card*

TÁ COM TUDO.  
TÁ NA MÃO.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO BANESE CARD:**  
CAPITAIS E REGIÕES METROPOLITANAS: 4002-2320  
OUTRAS LOCALIDADES: 0800 284 2884 OU (79) 3218 2080  
SAC: 0800 021 7013  
OUVIDORIA: 0800 021 9009

**PARAIBA**  
**BAHIA**  
**ALAGOAS**  
**SERGIPE**  
AGÊNCIA NOS ESTADOS

**12X SEM JUROS**  
PARCELE EM ATÉ

**FATURA POR E-MAIL**  
PEGUE SUA

**BANESCARD.COM.BR**  
/CARTAOBANESCARD  
@BANESCARD



LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA  
RUA APARECIDA GOES, 42,  
BUGIO  
49090-160 ARACAJU (SE)



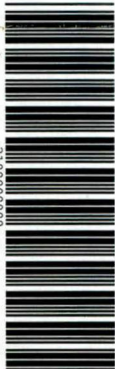
7010192433000481000002734210030918

| USO DO CORREIO                        |   |   |            |
|---------------------------------------|---|---|------------|
| <input type="checkbox"/> Falecido     | <input type="checkbox"/> Ausente                  | <input type="checkbox"/> Int. escrita por terceiros | Data       |
| <input type="checkbox"/> Mudou-se     | <input type="checkbox"/> Não Procurado            | <input type="checkbox"/> CEP Errado                 |            |
| <input type="checkbox"/> Recusado     | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |   | Assinatura |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente    |   |            |

SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda.  
Rua Gutemberg Chagas, 222 - Inácio Barbosa  
Cep: 49040-780 - Aracaju - SE



**REALIZE**  
SEUS PROJETOS  
COM **BANESE CARD**



CAIXA

## TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

ESTA CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

## CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

122.96793.58-6

NÚMERO

0942750

SÉRIE

001-0

UF

SE

*Yamival de Sousa Oliveira*

ASSINATURA DO TITULAR



POLEGAR DIREITO



SELO POLÍCRIPTO DO TITULAR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

02

NOME **LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA**

LOC. DE NASC. ESTANCIA

SE

DATA DE NASCIMENTO  
10/07/1968

FILIAÇÃO FRANCINO AFONSO DE OLIVEIRA

VALDELICE ROMANA DA SILVA

DOC. APRESENTADO R.G. 899.727 SSP SE

ESTADO CIVIL **CASADO**

LEI Nº 9.049, DE 15 DE MAIO DE 1995.

RG 899.727

CNH

CPF 479.101.435-91

T. ELEITOR

SEÇÃO

...ZONA

NATURALIZADO PORT. M. J. Nº

DATA

LOCAL DA EMISSÃO ..... DRT/SE

30/03/2000

DATA DA EMISSÃO

ASSINATURA E CARIMBO DO EMISSOR

Gilberto Maria de Souza Andrade

## ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

## FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE ..... PARA .....  
DOCUMENTO .....

DOCUMENTO

ASSINATURA E CAVALLO PRO SERVITORE

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOMIE

DOCUMENTO

ASINATUPUA E CALDARIO DO STIVADOR

ADDITIONAL INFORMATION

NOMME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBU DO SERVIDOR

MOTIVATION

GENERAL

| A - CASAMENTO     | C - DIVÓRCIO | F - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO |
|-------------------|--------------|-----------------------------------|------------------------|
| B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO   | F - MUDANÇA DE NOME               |                        |

# CONTRATO DE TRABALHO

Empresa: BTS TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA

CNPJ: 03769500000180

End.: AVENIDA HERMES FONTES, 1324

CEP: 49050-000 Cidade: Aracaju SE

Esp. do estabelecimento: LIMPEZA EM IMOVEIS

Cargo: CABO DE TURMA I CBO: 992210

Data admissão: 02/07/2018

Registro nº: 2813 Folha: 2813

Remuneração especificada: 1.150,67 ---/---

( Um Cento e Cinquenta Reais e Sessenta e Sete Cents )

1ª ..... 2ª .....  
ASS. DO EMPREGADOR OU A RÓDIO C/ TESTEMUNHA

DATA DE SAÍDA ..... DE ..... DE 19.....

1ª ..... 2ª .....  
ASS. DO EMPREGADOR OU A RÓDIO C/ TESTEMUNHA

COM. DISPENSA CD Nº: .....

FGTS Nº DA CONTA: .....

# CONTRATO DE TRABALHO

09

EMPREGADOR: .....

CCC/CPF/CEI: .....

ENDEREÇO: .....

MUNICÍPIO: ..... UF: .....

ESP. DO ESTABELECIMENTO: .....

CARGO: .....

CBO Nº: .....

DATA DE ADMISSÃO ..... DE ..... DE 19.....

REGISTRO Nº: ..... FLS. / FICHA: .....

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: .....

1ª ..... 2ª .....  
ASS. DO EMPREGADOR OU A RÓDIO C/ TESTEMUNHA

DATA DE SAÍDA ..... DE ..... DE 19.....

1ª ..... 2ª .....  
ASS. DO EMPREGADOR OU A RÓDIO C/ TESTEMUNHA

COM. DISPENSA CD Nº: .....

FGTS Nº DA CONTA: .....



10

**CONTRATO DE TRABALHO**

EMPREGADOR.....  
 CGC/CPF/CEI.....  
 ENDEREÇO.....  
 MUNICÍPIO.....UF.....  
 ESP. DO ESTABELECIMENTO.....  
 CARGO.....  
 CBO Nº.....

DATA DE ADMISSÃO.....DE.....DE 19.....  
 REGISTRO Nº.....PLS. / FICHA.....  
 REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA.....

.....  
 ASS. DO EMPREGADOR OU A ROSTO E TESTEMUNHA  
 1ª.....2ª.....

DATA DE SAÍDA.....DE.....DE 19.....  
 .....  
 ASS. DO EMPREGADOR OU A ROSTO E TESTEMUNHA  
 1ª.....2ª.....

COM. DISPENSA CD Nº.....  
 FGTS Nº DA CONTA.....

**CONTRATO DE TRABALHO**

11

EMPREGADOR.....  
 CGC/CPF/CEI.....  
 ENDEREÇO.....  
 MUNICÍPIO.....UF.....  
 ESP. DO ESTABELECIMENTO.....  
 CARGO.....  
 CBO Nº.....

DATA DE ADMISSÃO.....DE.....DE 19.....  
 REGISTRO Nº.....PLS. / FICHA.....  
 REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA.....

.....  
 ASS. DO EMPREGADOR OU A ROSTO E TESTEMUNHA  
 1ª.....2ª.....

DATA DE SAÍDA.....DE.....DE 19.....  
 .....  
 ASS. DO EMPREGADOR OU A ROSTO E TESTEMUNHA  
 1ª.....2ª.....

COM. DISPENSA CD Nº.....  
 FGTS Nº DA CONTA.....



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 000671/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 18/01/2018 10:19

Data/Hora Fim: 18/01/2018 10:39

Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito

Data/Hora do Fato: 06/11/2017 08:00

Local do Fato

Município: Aracaju

Logradouro: Avenida Padre Nestor Sampaio

Ponto de Referência: PROXIMO A CASA LOTERICA

Tipo do Local: Via Pública

SHISLEY  
CORRETORA

07 MAR. 2018

DPVAT/SE

CEP: 49.045-000

Meio(s) Empregado(s)

Natureza

1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 - Caput - Veículo da LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)

ENVOLVIDO(S)

Nome: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

Nome: LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Estância

Sexo: Masculino

Nasc: 10/07/1968

Profissão: Vigilante

Estado Civil: Divorciado(a)

Raça/Cor: Parda

Nome da Mãe: Valdelice Romana da Silva

Nome do Pai: Francisco Afonso de Oliveira

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 896 727

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 479.101.435-91

Endereço

Município: Aracaju - SE

Logradouro: AV. AILTON SENNA

Bairro: SANTOS DUMONT

Telefone: (79) 99973-2678 (Celular)

Nº: 204

Complemento: LOTEAMEN

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Placa NVK1452

Ano/Modelo Fabricação 2011/2011

UF Veículo Sergipe

Marca/Modelo HONDA/CG 125 FAN ES

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

Número do Chassi 33713

Cor PRETA

Município Veículo Aracaju

Modelo HONDA/CG 125 FAN ES



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Roberval Rodrigues Bernardino  
Data de Impressão: 18/01/2018 10:39  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

SHISLEY  
CORRETORA

Nº: 000671/2018

07 MAR 2018

Quantidade 1 Unidade

Veículo Adulterado? Não

Situação Envolvido

Nome Envolvido

Lourival da Silva Oliveira

DPVAT/SE

Envolvidos  
Possuidor

## RELATO/HISTÓRICO

Relata a vítima que conduzia a motocicleta acima mencionada, chassi 9C2JC4120BR533713, licenciada em nome de JACILENE GONÇALVES SANTOS, pelo local, dia e horário acima mencionados, quando estava fazendo o retorno teve a motocicleta atingida na traseira por outra motocicleta não identificada; Que não deu para anotar a placa da motocicleta causadora do acidente, pois logo após provocar o acidente o condutor foi embora para não ser identificado; Que com o impacto a vítima caiu e sofreu fratura na perna esquerda; Que a vítima foi atendida e levada para UPA DR. NESTOR PIVA, por uma ambulância do SAMU.

## ASSINATURAS



Roberval Rodrigues Bernardino  
Responsável pelo Atendimento



Lourival da Silva Oliveira  
(Comunicante/Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Crurios

SAMU



FICHA DE ATENDIMENTO

DATA: 09/04/18

Hora de entrada: 8 e 40

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Lourival da Silva Oliveira

Sexo: Masc (x) Fem ( ) Data de Nascimento: 1-1-1-

Nome da Mãe:

Endereço: R. Via Publica

SHISLEY CORRETORA  
RG: 1  
Tel. contato: 7 MAR 2018

DPVAT/SE

I - AVALIAÇÃO POR TRIAGEM - PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

CONFERE COM O ORIGINAL

DATA: 16/04/18

ASSINATURA

1. QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO:

2. ALERGIA: ( ) Não ( ) Sim, Qual ?:

3. MEDICAÇÕES EM USO:

4. ANTECEDENTES CLÍNICOS: ( ) DM ( ) Cardiopatia ( ) HAS ( ) Gestante ( ) OUTROS QUAL ?

5. DADOS VITAIS: P.A. x GL T° F.C. F.R.

6. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: ( ) VERDE ( ) AMARELO ( ) VERMELHO

II - HISTÓRIA CLÍNICA - PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL MÉDICO

0850 Trajeto pelo SAMU, vítima de colisão moto x moto, em uso de capacete, sem relato de dor no local. Pelos espinais, sem lesão local.

ACOP: ABCP: Normal

E: Poucas alterações em (mão esp e dorante dor em pelvis esp

AD: Politranso

Col. 1- Profund 1cm EV

EXAME FÍSICO

2- Espirame 1cm EV

3- Radiografia de pelvis esp

Dr. David M. Almeida  
CRM: 12345



CONDUTA / PRESCRIÇÃO :

06/11/17  
09:30

Perite com laceração de pele no  
tórax com dor e febre (E)  
Ao exam. Dor e rigidez na região  
500 ADM, no abd.  
cd. Rx joelho (E) Fx A



EXAMES SOLICITADOS / OUTROS PROCEDIMENTOS

Visto Rx - Fratura de fêmur e fratura de fíbula no  
CD - Artroscopia  
Alte do CG

Dr. David M. Arantes  
Cirurgião Geral  
CRM 1832

EVOLUÇÃO MULTIPROFISSIONAL:

# Otopneumotórax + Fx de apófise fíbula proximal.  
cd - 1) Tala imobilizadora.  
2) Reparo por 30 dias.  
3) Retorno em 20/11/17

Dr. Washington Batista  
Cirurgião de Traumatologia  
CRM 1832

DESTINO DO PACIENTE :

- ( ) ENCAMINHAMENTO: ( ) INTERNAÇÃO HOSPITALAR  
( ) TRANSFERÊNCIA: ( ) EVASAO:  
( ) ÓBITO ( ) ALTA COM ORIENTAÇÃO

HORA : \_\_\_\_\_

MÉDICO RESPONSÁVEL



**Lactise**  
consultas e exames

Relatório Médico

O Sr. Douglas do Silva Oliveira, 49 anos de idade, piloto de uma motocicleta em 06/11/2017 quando colidiu c/ outro veículo, mas sem lesões e caiu no asfalto.

Em consequência do acidente o SAMU conduziu-o ao UPPA Nestor Figueira, onde foram constatadas fraturas e fratura da extremidade superior da fíbula da perna E CID 582.4

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

[www.lactise.com.br](http://www.lactise.com.br)

Fone: (79) 3253-7200

WhatsApp: (79)98112-1117 / 99105-3815 - 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO. TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.





**Lactise**  
consultas e exames

SHISLEY  
CORRETORA

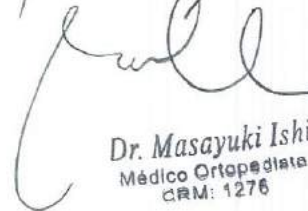
07 MAR. 2018

DPVAT/SE

② Hipotrofia dos músculos.

Perda funcional do MIE  
de 60%.

Aracaju 06/02/2018

  
Dr. Masayuki Ishi  
Médico Ortopedista  
CRM: 1276

Obs. Este receituário não vale como recibo de honorários médicos.

Rua Bahia, 975 - B. Siqueira Campos - Aracaju/SE

www.lactise.com.br

Fone: (79) 3253-7200

WhatsApp: (79) 98112-1117 / 99105-3815 - 98875-6772

MARQUE LOGO SEU PRÓXIMO ATENDIMENTO, TRABALHAMOS POR ORDEM DE PAGAMENTO.

## **SINISTRO 3180107702 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SHISLEY NUNES

**CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA**

**BENEFICIÁRIO** LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

**CPF/CNPJ:** 47910143591

**Posição em 11-12-2018 11:19:10**

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

Rio de Janeiro, 15 de Março de 2018

Aos Cuidados de: LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

Nº Sinistro 3180107702

Vitima: LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

Data do Acidente: 06/11/2017

Cobertura: INVALIDEZ

**Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEQUELA NÃO INDENIZÁVEL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização cadastrado sob o **número de sinistro 3180107702**, esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes **cobertas pelo Seguro DPVAT** em razão do acidente ocorrido em **06/11/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

10/06/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

12/06/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrera migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente de que em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600917 - Número Único: 0030102-68.2019.8.25.0001

Autor: LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, **DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se arépara comparecer à aludida audiência, ficando ciente deque em caso de desinteresse na autocomposição, deveráinformar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, capute inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no **art.334, caput § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 11 de junho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 12/06/2019, às 11:24:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001470185-73**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

14/06/2019

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 16/07/2019, às 07h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 02.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

14/06/2019

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Considera-se intimado(a) a parte autora através de seu patrono, via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC, da audiência a ser realizada.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

14/06/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedi mandado 201940603113

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940600917

**DATA:**

14/06/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201940603113 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito  
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N  
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju  
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal



201940603113

PROCESSO: 201940600917 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0030102-68.2019.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: LOURIVAL DA SILVA OLIVEIRA  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Data e horário da audiência:** 16/07/2019 às 07:45:00, **Local:** CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, CEJUSC, 2º PISO DO FÓRUM GUMERSINDO BESSA-AV. TANCREDO NEVES S/N. BAIRRO CAPUCHO, ARACAJU/SE. Pauta Conciliação PROCESSUAL 02.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência:** RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74  
**Bairro:** CENTRO  
**CEP:** 20031205  
**Cidade:** RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência:** RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74  
**Bairro:** CENTRO  
**CEP:** 20031205  
**Cidade:** RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **ANNA KARINE SILVA NASCIMENTO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 14/06/2019, às 12:35:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001498763-27**.

---